

ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

PARECER JURÍDICO

Referência: Projeto de Lei Ordinária nº 04/2018

Autor: Poder Executivo

Ementa: TRATA-SE DE PROJETO DE LEI QUE OBJETIVA AUTORIZAR O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DO ESTADO DE MATO GROSSO – REGULARIZE, PARA FINS DE QUITAR IMPOSIÇÃO DE MULTA AMBIENTAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE MATO GROSSO – SEMA- MT.

I- RELATÓRIO

A Advocacia da Câmara Municipal de Juína recebeu o Projeto de Lei Ordinária nº 04/2018, de autoria do chefe do Poder Executivo, para análise e emissão de parecer jurídico.

Tal projeto de lei objetiva conceder autorização ao Poder Executivo para aderir ao Programa de Recuperação de Créditos do Estado de Mato Grosso – REGULARIZE, para ele possa quitar imposição de multa ambiental da Secretaria de Estado de Mato Grosso – SEMA.

É o relatório.

II- DA ANÁLISE JURÍDICA

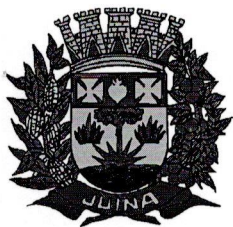
1. Do Regime de Urgência Especial

Antes de adentrar ao estudo da juridicidade deste Projeto de Lei, analisaremos a solicitação de autoria do Prefeito Municipal – mensagem 009/2018-, para que a proposição tramite sob o rito do Regime de Urgência Especial.

Tal rito de tramitação está previsto na Lei Orgânica do Município de Juína (LOM) e no Regimento Interno da Câmara Municipal (RI), que aduzem:

LOM

Art. 63. O prefeito poderá solicitar urgência para apreciação dos projetos de sua iniciativa.



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE JUINA

RI

Art. 104. **Regime de Urgência Especial**, é a dispensa das exigências regimental, salvo a de número legal e do parecer das Comissões, para que determinada proposição seja imediatamente considerada.

A urgência, ao que parece, decorre da necessidade de que tal adesão seja firmada até o dia 10 de abril de 2018, conforme determina o artigo 14 do Decreto nº 1.285, de 30 de novembro de 2017, *in verbis*:

Art. 14. A adesão aos benefícios do Programa REGULARIZE poderá ser formalizada até 10 de abril de 2018, observado o disposto no art. 3º, §1º, e art. 10, parágrafo único, ambos deste decreto.

Desta feita, demonstrada a existência de previsão legal para que o Prefeito Municipal solicite a tramitação do projeto de lei de sua autoria em regime de urgência especial e esclarecido o ponto em que se fundamenta a urgência da tramitação do PLO nº 04/2018, informo aos ilustres Edis que tal pedido está sujeito à aprovação do Plenário desta egrégia Casa de Leis. Logo, caberá a este último a análise do pedido e a decisão acerca da aplicação ou não deste rito.

2. Da Competência, Iniciativa, Espécie Normativa e Boa Técnica Legislativa

O Projeto de Lei em tela versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no art. 30, I, da Constituição Federal de 1988 e no art. 14 da Lei Orgânica Municipal.

O chefe do Poder Executivo é autoridade competente para dar início ao referido projeto e adotou a espécie normativa adequada para o caso, posto que atende ao critério hierárquico das normas, por não haver disposição especial na Lei Orgânica Municipal e na Constituição Federal de 1988, que estabeleça espécie normativa diferenciada para a matéria posta.

No mesmo passo, compete ao Plenário desta egrégia Casa de Leis realizar a apreciação do projeto de lei mencionado, consoante determinação expressa do artigo 32, II do Regimento Interno da Câmara Municipal de Juína-MT.



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

Por fim, verifica-se que foi observada a boa técnica legislativa, haja vista que foram atendidas as determinações da Lei Complementar nº 95/1988.

Portanto, quanto à competência, iniciativa, espécie normativa e boa técnica legislativa, a Advocacia da Câmara Municipal OPINA, s.m.j., pela regular tramitação do projeto de lei em destaque.

3. Do Programa de Recuperação de Créditos do Estado de Mato Grosso

O Programa de Recuperação de Créditos foi instituído pela Lei nº 10.579 de 07 de agosto de 2017 e regulamentado pelo Decreto nº 1.285 de 30 de novembro de 2017.

Tal programa objetiva “estimular o pagamento de débitos por meio de perdão de penalidade pecuniária, de juros, de multa moratória e penalidades decorrentes da mora de concessão de parcelamento”.

Estão abrangidos pelo “REGULARIZE”, os créditos não tributários decorrentes de multas aplicadas em autos de infração lavrados até 31 de dezembro de 2015, pela Secretaria de Meio Ambiente – SEMA/MT.

Desta feita, sabendo-se que o Auto de Infração 105848 foi lavrado pela SEMA em face do Município de Juína no ano de 2008, verifica-se o seu enquadramento no referido programa de regularização de débitos.

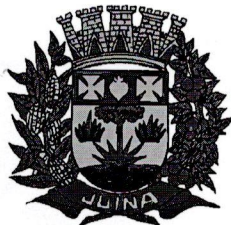
Sendo assim, não há nenhum impedimento para que o Município de Juína faça a adesão pretendida. Cabendo, no entanto, ao Poder Legislativo à autorização para que ela ocorra.

Vale observar que o artigo 2º do Projeto de Lei Ordinária nº 04/2018, esclareceu que existe dotação necessária e suficiente para custear a despesa decorrente da eventual aprovação deste projeto de lei.

Logo, não vislumbro qualquer óbice para regular tramitação projeto de lei nº 04/2018 nesta Casa de Leis.

4. Da Tramitação do Projeto de Lei

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária proposto pelo chefe do Poder Executivo Municipal (art. 110, § 1º, IV do RI), que deverá seguir todas as formalidades previstas na



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

Lei Orgânica Municipal, bem como as dispostas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Juína – MT.

Tal projeto deverá ser submetido ao crivo da Comissão Permanente de Legislação Justiça e Redação Final (art. 51 a” do RI), para emissão de parecer, bem como da Comissão de Finanças e Orçamentos (art. 51, II, “a” do RI).

A observância de tais requisitos é condição para que a lei eventualmente aprovada seja válida e livre de vícios formais ou materiais, sendo, portanto, indispensável o seu atendimento durante a tramitação e votação de qualquer projeto de lei que tramitar nesta Casa de Leis.

III- CONCLUSÃO

Face a todo o exposto, do ponto de vista da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, a Advocacia da Câmara Municipal, OPINA, s.m.j., pela viabilidade jurídica do Projeto de Lei Ordinária n° 04/2018.

No que tange ao mérito, o Departamento Jurídico não irá se pronunciar, pois caberá aos vereadores, no uso da função legislativa, verificar a viabilidade da aprovação, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.

Importante salientar que a emissão de parecer por esse Departamento Jurídico não substitui os pareceres das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento. Dessa forma, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não, pelos membros desta Casa de Leis.

É o parecer, s.m.j. das Comissões Permanentes e do Plenário desta Casa Legislativa.

Juína-MT, 27 de março de 2018



Erica Moreira Pacheco
Advogada OAB/MT 22958/O
Portaria 19/2017